

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.821 - RS (2019/0189203-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : JUNIOR JOEL DA SILVA DE ALMEIDA
ADVOGADO : RAFAEL ROGÉRIO MARON - RS105444
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por JUNIOR JOEL DA SILVA DE ALMEIDA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 162):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. ARGUMENTO IDÔNEO PARA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA.

O paciente foi beneficiado com medidas cautelares alternativas no HC nº 70075423855, cientificado de que o descumprimento poderia acarretar nova segregação. Expedido mandado de intimação para audiência, o réu não foi localizado em dois endereços. Realizadas diligências em sistemas de pesquisa e determinada nova intimação, para que comparecesse em juízo e regularizasse sua situação, não foi encontrado. A prisão foi decretada para garantir a aplicação da lei penal em 14 de setembro de 2018, ausente informação do cumprimento do mandado até a presente data. Fundamentada a decisão em elementos concretos e preenchidos os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, não há ilegalidade a ser reconhecida. ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática do crime descrito no art. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei 11.343/2006. Em 4/10/2017, sua prisão preventiva foi substituída por cautelares. Todavia, o juízo decretou novamente a prisão preventiva do recorrente em 14/9/2018, tendo em vista o descumprimento das cautelares impostas anteriormente, sendo denunciado pe.

Sustenta a defesa, em síntese, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva. Requer, assim, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

A liminar foi indeferida (fls. 216/218).

As informações foram prestadas (fls. 220/245).

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo desprovimento do recurso (fls. 250/270).

Na origem, o processo n. 0013529-84.2016.8.21.0028 encontra-se concluso pra julgamento desde de 30/9/2019, conforme informações

Superior Tribunal de Justiça

processuais eletrônicas disponíveis no *site* do Tribunal *a quo* em 1/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto prisional (fls. 143/144):

Conforme já mencionado na decisão das fls. 3.067/3.068, o acusado JÚNIOR JOEL DA SILVA DE ALMEIDA foi colocado em liberdade provisória em 04/10/2017, mediante o cumprimento de medidas cautelares, estabelecidas à fl. 2.290 dos autos.

Realizada a tentativa de intimação do acusado Júnior no endereço e telefone informados nos autos, a carta precatória restou cumprida negativa, conforme certidão da fl. 3.238, demonstrando que ele não está cumprindo as medidas cautelares impostas, não tendo comunicado ao juízo a alteração de residência, estando, atualmente, em local incerto e não sabido.

Com efeito, para a manutenção da liberdade provisória, imprescindível que o beneficiado cumpra fielmente as condições impostas pelo ordenamento jurídico penal, bem como aquelas elaboradas pelo Magistrado.

No caso, a Lei n. 12.403/2011 dispõe que poderá ser decretada a prisão preventiva quando presentes os requisitos dispostos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, o que resta comprovado no presente expediente.

[...]

No caso, na decisão da fl. 3.067 foi imposta outra medida cautelar cumulada com aquelas já estabelecidas anteriormente, caso o acusado fosse localizado para intimação. Contudo, diante da negativa da sua localização, não resta outra alternativa senão a decretação da prisão preventiva do acusado Junior Joel da Silva de Almeida, em razão do descumprimento das medidas cautelares.

Assim, a revogação da liberdade provisória anteriormente concedida é medida que se impõe, devendo ser decretada a prisão preventiva do acusado, para assegurar a aplicação da lei penal.

ISSO POSTO, acolho a promoção do Ministério Público, revogo a liberdade provisória e DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de JÚNIOR JOEL DA SILVA DE ALMEIDA, pelo descumprimento das medidas cautelares impostas, para assegurar a aplicação da lei penal, nos termos dos arts. 282, § 4º, 312 e 313, todos do Código de Processo Penal.

Como se vê, consta da decisão de prisão fundamentação concreta, evidenciada no descumprimento de medidas cautelares anteriormente impostas, ressaltando o Tribunal de origem que, apesar de fixada medida cautelar de "comparecimento a todos os atos do processo" e "manter atualizados endereço

Superior Tribunal de Justiça

e telefone ", o ora recorrente *não está cumprindo as medidas cautelares impostas, não tendo comunicado ao juízo a alteração de residência, estando, atualmente, em local incerto e não sabido.*

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que o descumprimento de medida cautelar imposta para a concessão da liberdade provisória justifica a custódia cautelar. Nesse sentido: RHC n. 49.126/MG - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura - DJe 26/09/2014; HC n. 281.472/MG - 5ª T. - unânime - Rel. Min. Jorge Mussi - DJe 18/06/2014; HC n. 269.431/GO - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 11/04/2014; HC n. 275.590/BA - 5ª T. - unânime - Rel. Min. Laurita Vaz, DJe 26/02/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS - 5ª T. - unânime - Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) - DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL - 6ª T. - unânime - Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura - DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator